


## Resenha da obra “Filosofia da mente”, de Cláudio Costa.

Por Prof. Dr. Ana Maria Guimarães Jorge

A obra “Filosofia da mente”, de Cláudio Costa apresenta, na introdução, um breve panorama do surgimento de estudos mais sistematizados sobre filosofia da mente, de 1949, com a obra “O conceito da mente”, publicada por Gilbert Ryle. Costa aponta para o diferencial dessa idéia, no sentido de que trouxe novas metodologias de análise filosófica rumo aos domínios científicos recentes da neurofisiologia, psicologia cognitiva e inteligência artificial. Assim, os avanços tecnológicos na área da computação forneceram bases para realização de reflexões filosóficas sobre questões como a da natureza da mente, dos estados de consciência e dos processos cognitivos. Os objetos de estudos da filosofia da mente entendem os estados mentais (sensações, percepções e quasi-percepções, emoções, cognições, estados conativos, ou mesmo volitivos) enquanto eventos, processos e disposições que conjuntamente compõem o processo mental.

Um aparte, nessa obra de Cláudio Costa, ao se refletir sobre a cognição, seu sentido é aproximado da ação processual da crença, do saber, do pensar e do raciocinar enquanto ação autodeliberada e preditiva. O que parece compreender o conceito na acepção de processo cognitivo. Nesse sentido, alguns questionamentos levantados pelo autor são objetos de maior atenção na obra, como é o caso da seguinte questão: o que são os estados de consciência?

Costa afirma que mente e consciência são co-extensivos nas investigações cognitivas, ou neurocognitivas, pois todos os seres têm a capacidade de consciência, ou de algum nível de consciência. Para a delicada questão do conceito de consciência, o autor a define como “*experiência integrada que a mente tem da realidade externa e interna*” (COSTA, 2005: 10), afinal, complementa que “*não há consciência sem experiência*”. O caráter dessa experiência, citando as idéias de D. M. Armstrong, da linha funcionalista, faz-se sob duas modalidades sensoriais: a perceptual e a introspectiva. A primeira capta experiências pelos órgãos sensoriais e implica consciência perceptual, ou experiência que a mente tem da realidade externa. A segunda se refere ao caráter reflexivo, ou de autoconsciência, na captação da realidade interna dos estados mentais, assim as mentes agem de modo mais sofisticado na monitoração de seus processos mentais ao coordená-los e planejá-los rumo a algum fim.




A idéia da mente parece, a partir disso, ser analisada no âmbito da ação e da reação individual, ou mesmo que a mente está restrita ao indivíduo, o que também impõe restrições ao conceito de experiência. O autor argumenta que muitos animais apresentam consciência perceptual, mas essa atividade perceptual não é sofisticada e “flexível para ser literalmente chamada de “experiência”” (COSTA, 2005: 14). Outra vertente dessas investigações é que há ausência de consciência introspectiva, por exemplo, no ato de dirigir automaticamente rumo a alguma direção, em que ocorre predomínio da consciência perceptual mecânica (COSTA, 2005: 12). Mais do que isso, de um modo geral, a tese causal do funcionalismo é a de que *“a mente não se define pelo que é, mas pelo que faz”*. Assim, o estado interno é causado por um *input* perceptual que por sua vez causa *outputs* comportamentais (COSTA, 2005: 28). Entretanto, a controversa questão implícita da apercepção dos estados internos não foi desenvolvida nesse livro.

O autor ainda argumenta que problemas centrais acerca do conceito de consciência serão aclarados à medida que a consciência for entendida como *“uma propriedade física emergente da matéria biológica e completamente redutível a ela”* (COSTA, 2005: 15). Isso certamente será devido às explicações neurocientíficas sobre o funcionamento do cérebro e dos processos de percepção e de representação.

Outra conceituação controversa se dá acerca da relação mente-corpo-cérebro. Para versar sobre tal relação, o autor recorre à exposição e à crítica de princípios específicos da leitura do dualismo cartesiano, behaviorismo analítico, eliminacionismo, funcionalismos, e teoria da identidade, essa última pela qual admite ter simpatia. Na relação mente-corpo, dualismo e fisicalismo, ou materialismo, compartilham de algumas premissas, o primeiro entende a mente como distinta e independente do corpo material enquanto o viés fisicalista a define como material ou mesmo sem existência. A isso responde o dualismo interacionista de Descartes que aproxima a mente da idéia de substância: *“ser algo que existe sem precisar de outra coisa para existir”* (COSTA, 2005: 16-17). Costa habilmente aponta para os pontos frágeis dessa noção dos interacionistas indagando: como é possível que a substância mental, isenta de extensão física, possa interagir causalmente com o corpo?

O behaviorismo analítico define o mental como *“um conjunto de entidades subjetivas e privadas”*. Disposições comportamentais e circunstanciais como a dor, o desejo, a raiva, o amor, ou as crenças substituem a idéia de “mental” e da *res cogitans* cartesiana. O autor se contrapõe a esse argumento ao exemplificar que a dor não deva ser uma mera disposição para verter lágrimas, gemer, mas sim implique uma sensação




profundamente desagradável cujas conseqüências são particulares de indivíduo para indivíduo (COSTA, 2005: 19). Ainda, as propriedades intrínsecas dos corpos, o vidro é quebrável e a pólvora é explosiva, não podem ser dissociadas dos próprios corpos como disposições de comportamentos.

O eliminacionismo, primeiro com P. K. Feyerabend, e depois com Paul e Patrícia Churchland, criticam o uso das terminologias populares e senso comuns a elas atribuídas como algo a ser evitado pela ciência. A neurociência, em específico a neurofisiologia, deverá obliterar e substituir as crenças oriundas da psicologia popular. Costa aponta para o estrabismo desse ponto de vista ao afirmar que conceitos complexos como peso, massa, calor, por exemplo, são assimilados pela ciência e que as crenças generalizadas pelo senso comum são investigadas e adaptadas pela ciência. O senso comum em sua prática descritiva dos fenômenos possibilita ao cientista refinar as idéias, tornando-as razoáveis em vez de refutá-las ou eliminá-las. O papel da neurociência talvez seja o de fornecer fundamentos à psicologia (COSTA, 2005: 23).

A teoria da identidade, ou *type-type identity theory*, com os filósofos Herbert Feigl, U. T. Place e J. J. C. Smart concebem que "*(tipos de) estados (eventos, processos) mentais são a mesma coisa que (tipos de) estados (eventos, processos) cerebrais*" (COSTA, 2005: 23). Segundo as ciências empíricas, identidades implicam macroestruturas abrigando microestruturas, assim, parece coerente identificar estados mentais, sensações, emoções, desejos, a estados neurofisiológicos específicos como uma solução naturalista para o problema mente-corpo, reduzindo tudo a acontecimentos físicos. Contudo, a questão dos *qualia* é a primeira pedra no sapato dos adeptos da identidade, pois parece que o mental é irreduzível ao material. *Qualia* traz em sua definição a problemática em questão: "*qualidades fenomenais privadas e diretamente experienciadas de eventos mentais como sensações, emoções e imagens mentais*". Como identificar os *qualia* como eventos cerebrais? A plasticidade cerebral apresenta outra pedra. Como os estados mentais podem univocamente ser identificados com os estados cerebrais? O belo exemplo dado pelo autor é o de que "*mesmo quando eu tiver um mesmo pensamento no futuro, parece improvável que os percursos neuronais venham a ser exatamente os mesmos que agora*" (COSTA, 2005: 25-26).

O funcionalismo atribui papéis funcionais aos estados mentais, a dor é então algum estado interno indeterminado definido por relações funcionais de *inputs*, *outputs*, o que impossibilita a concepção daquilo que possui caráter qualitativo-fenomenal na consciência, como é o caso dos *qualia*. Costa argumenta que a dor é um estado qualitativo-fenomenal subjetivo e desagradável independente de qualquer coisa.






Simular a dor não é sentir a dor, o que implica conceber que os "qualia são propriedades que se limitam a cérebros biológicos" (COSTA, 2005: 31).

Costa se posiciona a crer na coerência de alguns princípios da teoria da identidade de tipo, especificamente com o seguinte argumento comparativo: se a detecção de ondas eletromagnéticas sem que se experiencie a luminosidade visível é possível com auxílio de células fotoelétricas, então, no caso dos *qualia*, não seriam eles modos subjetivos de entidades com capacidade de apresentação intersubjetiva sob o aspecto neurofisiológico? Outro ponto importante, mas praticamente sugerido, o fato de que o caráter informativo dos *qualia* se daria por sua própria característica de irreducibilidade. Aqui se inicia sugestão de diálogo com as teorias da informação, entretanto, soa desconectado dos pontos-chave dessa obra por não apresentar extensão argumentativa. O autor continua, o "*saber como as cores são vistas*" por alguém que passa pela experiência é o mesmo que dizer "*Só agora sei o modo como o processo neurofisiológico de experiência das cores se apresenta à perspectiva subjetiva*" (COSTA, 2005: 35). Entretanto, há se pensar que na descrição neurofisiológica dos *qualia* os tipos de unidades neurofuncionais são predominantes no nível cognitivo. Ou melhor, invertendo a questão, "*o nível cognitivo parece estar intrinsecamente relacionado ao nível mais basal dos qualia*". Crenças são fundadas em elementos sensoriais e afetivos vinculados às experiências sensíveis (COSTA, 2005: 38).

Nos estudos de filosofia da mente, a identidade numérica de uma coisa no tempo é aproximada da identidade pessoal de um indivíduo permanecendo no tempo durante estágios sucessivos de existência. O autor dirá que se trata da "*mesmidade*" de uma pessoa no tempo, na independência das transformações contingentes que ela possa sofrer" (COSTA, 2005: 39). Teorias advindas da física e da psicologia definem os critérios dessa identidade pessoal, sendo que a primeira estabelece bases físicas para um critério de continuidade de um mesmo corpo humano e de seu cérebro, e a segunda, define o critério em termos mentais como a permanência de traços de personalidade, de caráter, de habilidades e de crenças do indivíduo. O autor entende a continuidade de um corpo como um mero sintoma que não garante a identidade pessoal enquanto que a permanência de um mesmo cérebro no indivíduo parece ser algo mais constitutivo. A continuidade física é vista, então, como não necessária à identidade pessoal, mas um critério de conexão física causal como a estrutura molecular na manutenção da identidade da pessoa em momentos subseqüentes é necessária. Há ainda critérios mistos que tendem a adotar uma versão adaptada e frágil da lógica do "*silogismo em barbara*": se puder se preservar um critério físico e um mental, por



exemplo, e *grosso modo*, estrutura molecular aliada a alguma habilidade do indivíduo, então, há preservação da identidade pessoal.

O que se pode inferir dos pontos expostos no último parágrafo é que o argumento dos critérios de identidade parece falseado e redundante, ou melhor, por um lado, os exemplos physicalistas dados separam a condição corporal da cerebral, como se o corpo gozasse de condição passiva e amorfa na formação da identidade dos organismos. Outro ponto brevemente desenvolvido, também pela característica da proposta estrutural do livro, mas bastante controverso, trata da permanência da memória pessoal como um critério não necessário para a identidade pessoal. Segundo o autor, ao se imaginar uma pessoa que sofra um acidente e perca as lembranças passadas, entretanto que mantenha seus outros traços psicológicos como personalidade, caráter, habilidades, memória proposicional, há de se pensar que se trata da mesma pessoa, ou que a identidade pessoal foi em geral preservada. Paira uma lógica funcionalista de extração de elementos constantes da permanência de algo que parece imutável como a condição de se continuar a ser aquele indivíduo independentemente das qualidades relacionais complexas cerceadas de seu organismo. Nesse momento, a opinião ou simpatia do autor pela explicação da teoria de identidade de tipo mostra insipiência de contra-argumentos feitos de forma hábil pelo autor sobre as fragilidades conceituais de outras teorias. Ocorre sugestão ainda de uma tendência de psicologismo da física e de physicalismo da psicologia, nesse último caso ao serem isoladas funções estruturais fisiológicas daquelas qualitativas psicológicas. Há de se olhar de novo para a interessante idéia apontada anteriormente por Costa (2005: 38) de que "*o nível cognitivo parece estar intrinsecamente relacionado ao nível mais basal dos qualia*". Crenças são fundadas em elementos sensoriais e afetivos vinculados às experiências sensíveis.

COSTA, Claudio (2005). **Filosofia da mente**. São Paulo: Paulus.